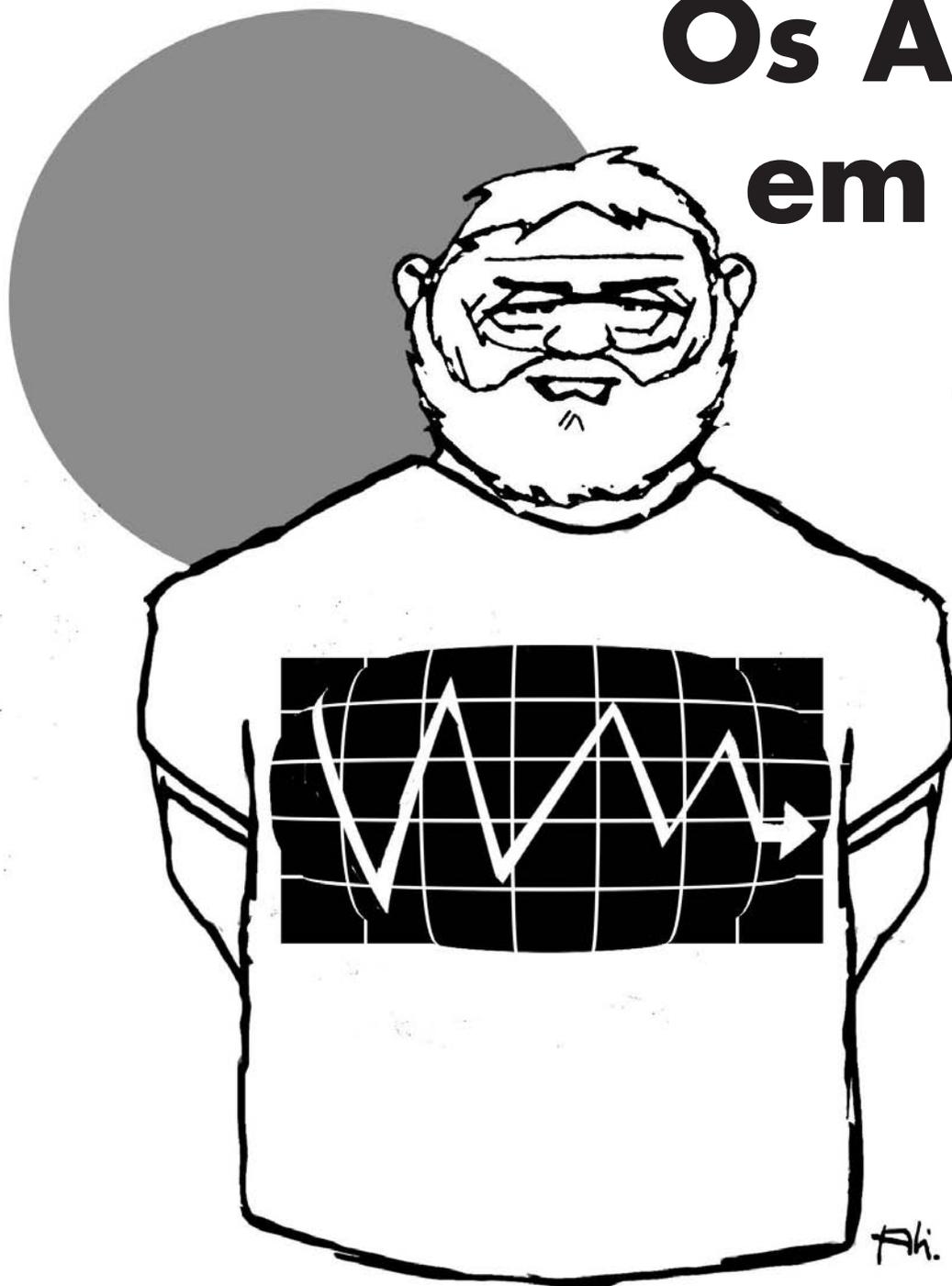


## Os Anos Lula em questão



Mero continuador de políticas neoliberais ou indutor do Novo Desenvolvimentismo, o legado econômico e social dos dois governos de Lula é discutido nesta edição através de entrevista com Luiz Filgueiras e artigos de Paulo Passarinho, Elaine Rossetti Behring e Carlos Sidnei Coutinho. *JE* dá sequência às análises do livro *Os Anos Lula – Contribuições para um balanço crítico 2003/2010*.

**FPO enfoca o orçamento das políticas públicas para igualdade racial; monografia aponta o caráter superavitário da Previdência Social.**

## Editorial

## Os Anos Lula

■ O *JE* dedica esse seu número de novembro ao exame de alguns aspectos do governo Lula, que ora encerra os seus dois mandatos.

No final de setembro, as entidades dos economistas do Rio de Janeiro lançaram o livro *Os Anos Lula – Contribuições para um balanço crítico 2003/2010*. Paulo Passarinho, no artigo que abre essa edição, apresenta a história, a motivação e as expectativas que orientaram essa iniciativa. Em seguida, Elaine Behring, presidente da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa de Serviço Social faz uma interessante análise da política de Assistência Social nesse período, contextualizando as iniciativas do governo ao modelo econômico em curso.

Já o nosso entrevistado do mês, nas páginas centrais da edição, é Luiz Filgueiras. Um dos autores do livro *Os Anos Lula*, ele aborda justamente o modelo econômico e sua evolução nesse período em que o PT chega ao governo federal. As opções iniciais de Lula no plano macroeconômico, seus efeitos e conseqüências na nossa pauta de exportações e na indústria, assim como uma análise do pacto político dominante são algumas das reflexões apresentadas e que muito poderão nos ajudar no entendimento desse momento histórico.

Em seguida, Carlos Sidnei Coutinho, professor da UFMG, introduz importantes considerações sobre a evolução de nossas relações históricas com a China, que nesse período dos *anos Lula*, tornou-se o principal destino de nossas exportações, além de estar se tornando um relevante investidor em nossa economia. Particularmente, nos alerta para as diferenças entre o Estado Chinês e o Brasileiro, as oportunidades que se abrem, mas os riscos que igualmente se colocam.

Damos seqüência também à publicação dos trabalhos premiados nesse ano pelo Prêmio de Monografia Celso Furtado. Bruno Pires Tiberto, segundo colocado, faz uma análise financeira do Sistema de Seguridade Social do Brasil, e nas páginas do Fórum Popular de Orçamento o tema focalizado foi o relativo às políticas públicas para igualdade racial, e o seu impacto nos orçamentos do estado e do município do Rio de Janeiro.

Por fim, saudamos os conselheiros do Corecon/RJ, eleitos no último dia 26 de outubro.

Tenham uma boa leitura!

## SUMÁRIO

- 3 Anos Lula  
Paulo Passarinho  
**Os Anos Lula**
- 5 Anos Lula  
Elaine Rossetti Behring  
**Assistência Social no Governo Lula: elementos para reflexão**
- 7 Entrevista: Luiz Filgueiras  
**“As mudanças estruturais que configuraram o Modelo Liberal-Periférico começaram com o Governo Collor, se aprofundaram e consolidaram nos Governos FHC e sofreram alguns ajustes com os Governos Lula.”**
- 10 Anos Lula  
Carlos Sidnei Coutinho  
**Capitalismo na China é negócio de Estado e no Brasil é negócio de governo**
- 12 Prêmio de Monografia  
Bruno Pires Tiberto  
**Análise do Sistema de Seguridade Social do Brasil: um estudo sobre a real situação financeira da Previdência Social**
- 14 Fórum Popular do Orçamento  
**Políticas públicas para igualdade racial**
- 16 Economistas fluminenses elegem novos conselheiros do Corecon-RJ  
**Demonstrativo das Receitas e Despesas**  
**Agenda de cursos para 2011**

O Corecon-RJ apóia e divulga o programa Faixa Livre, apresentado por Paulo Passarinho, de segunda à sexta-feira, das 8h às 10h, na Rádio Bandeirantes, AM, do Rio, 1360 khz ou na internet: [www.programafaixalivre.org.br](http://www.programafaixalivre.org.br)

**JE** JORNAL DOS ECONOMISTAS

Órgão Oficial do CORECON - RJ  
E SINDECON - RJ  
Issn 1519-7387

**Conselho Editorial:** Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Edson Peterli Guimarães, Gisele Rodrigues, José Ricardo de Moraes Lopes, Paulo Mibieli Gonzaga, Paulo Passarinho e Sidney Pascounto da Rocha • **Jornalista Responsável:** Marcelo Cajueiro • **Edição:** Diagrama Comunicações Ltda (CNPJ: 74.155.763/0001-48; tel.: 21 2232-3866) • **Projeto Gráfico e diagramação:** Rossana Henriques (21 2437-2960) - [rossana.henriques@gmail.com](mailto:rossana.henriques@gmail.com) • **Ilustração:** Aliedo • **Caricaturista:** Cássio Lorezano • **Fotolito e Impressão:** Folha Dirigida • **Tiragem:** 13.000 exemplares • **Periodicidade:** Mensal • **Correio eletrônico:** [imprensa@corecon-rj.org.br](mailto:imprensa@corecon-rj.org.br)

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

## CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Rio de Janeiro – RJ – Centro – Cep 20054-900

**Telefax:** (21) 2103-0178 – Fax: (21) 2103-0106

**Correio eletrônico:** [corecon-rj@corecon-rj.org.br](mailto:corecon-rj@corecon-rj.org.br)

**Internet:** <http://www.corecon-rj.org.br>

**Presidente:** João Paulo de Almeida Magalhães • **Vice-presidente:** Sidney Pascounto da Rocha  
**Conselheiros Efetivos:** 1º Terço: (2008-2010): Luiz Mario Benhken, Ruth Espinola Soriano

Mello, João Paulo de Almeida Magalhães – 2º terço (2009-2011): Gilberto Caputo Santos, Edson Peterli Guimarães, Paulo Sergio Souto – 3º terço (2010-2012): Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Sidney Pascounto Rocha, José Antônio Lutterbach Soares • **Conselheiros Suplentes:** 1º terço: (2008-2010): Arthur Câmara Cardozo, Regina Lúcia Gadioli dos Santos – 2º terço: (2009-2011): André Luiz Rodrigues Osório, Leonardo de Moura Perdigão Pamplona, Miguel Antônio Pinho Bruno – 3º terço: (2010-2012): Ângela Maria de Lemos Gelli, José Ricardo de Moraes Lopes, Marcelo Jorge de Paula Paixão.

## SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 – salas 1607 a 1609 – Rio de Janeiro – RJ – Cep 20031-000 • **Tel.:** (21)2262-2535 **Telefax:** (21)2533-7891 e 2533-2192 • **Correio eletrônico:** [sindecon@sindecon.org.br](mailto:sindecon@sindecon.org.br)

**Coordenador Geral:** Sidney Pascounto da Rocha • **Coordenador de Relações Institucionais:** Sidney Pascounto da Rocha • **Secretários de Relações Institucionais:** José Antonio Lutterbach Soares e André Luiz Silva de Souza • **Coordenação de Relações Institucionais:** Antonio Melki Júnior, Paulo Sergio Souto, Sandra Maria Carvalho de Souza e Abrahão Oigman (Em memória) • **Coordenador de Relações Sindicais:** João Manoel Gonçalves Barbosa • **Secretários de Relações Sindicais:** Carlos Henrique Tibiriçá Miranda e Wellington Leonardo da Silva • **Coordenação de Relações Sindicais:** César Homero Fernandes Lopes, Gilberto Caputo Santos, Regina Lúcia Gadioli dos Santos e Maria da Glória Vasconcelos Tavares de Lacerda • **Coordenador de Divulgação, Administração e Finanças:** Gilberto Alcântara da Cruz • **Coordenação de Divulgação, Administração e Finanças:** José Jannotti Viegas e Rogério da Silva Rocha • **Conselho Fiscal:** Fausto Ferreira (Em memória), Jorge de Oliveira Camargo e Luciano Amaral Pereira.

# Os Anos Lula<sup>1</sup>

■ Paulo Passarinho\*

Foi lançado em 22 de setembro, no Rio de Janeiro, na Livraria Argumento, o livro *Os Anos Lula – Contribuições para um balanço crítico 2003/2010*. O livro é uma iniciativa do Conselho Regional dos Economistas, do Sindicato dos Economistas do Rio de Janeiro e do Centro de Estudos para o Desenvolvimento, com edição pela Editora Garamond.

As entidades dos economistas do Rio de Janeiro têm uma longa tradição em acompanhar, debater e apresentar posições críticas com relação aos temas pertinentes à problemática do modelo de desenvolvimento brasileiro.

Desde o final dos anos setenta até os dias de hoje, essas entidades sempre se pautaram pela luta por um novo modelo econômico para o Brasil, coerente com as posições voltadas para uma real democratização do país, a defesa da soberania nacional e de uma concepção de desenvolvimento econômico e social capaz de reduzir as imensas desigualdades que nos marcam.

Na apresentação do livro, é lembrado que essa iniciativa editorial se vincula também à própria natureza do movimento político que fez com que Lula, o Partido dos Trabalhadores e os seus aliados chegassem ao governo federal, através da eleição presidencial de 2002.

Conforme é de amplo conhecimento, as correntes políticas majoritárias que venceram a eleição presidencial daquele ano sempre sustentaram uma forte crítica às reformas implantadas no país, a partir dos governos Collor de Melo, Ita-

mar Franco e FHC.

Essas reformas procuraram conferir ao país um novo quadro jurídico-institucional, particularmente como suporte para um novo modelo econômico, baseado nas aberturas financeira, comercial, produtiva e tecnológica.

Esse conjunto de reformas – verdadeiras contra-reformas, pelos seus aspectos antinacionais e antipopulares – tiveram o papel de introduzir em nosso país, de forma tardia, o receituário propugnado pelo chamado *Consenso de Washington*, anteriormente já aplicado em vários países da América Latina.

Paulatina e contínua remoção dos mecanismos de controle sobre os fluxos externos de capital; abertura comercial; privatizações de empresas estatais, especialmente de serviços públicos essenciais, como a distribuição de energia elétrica e de gás e o setor de telecomunicações; fim, na prática, do monopólio estatal do petróleo; ou as mudanças na legislação trabalhista, com o objetivo de facilitar a flexibilização e terceirização das relações de trabalho, foram algumas medidas que ficaram como marcos, a rigor, de uma nova fase que se abriu no Brasil, a partir dos anos noventa.

Essa fase pode ser caracterizada como a resposta encontrada pelo novo pacto político hegemônico forjado no país, buscando superar os impasses em que a economia e a própria sociedade brasileira se debatiam, desde o início da década de 1980, com a crise da dívida externa e o esgotamento da chamada fase de substituição de importações.

Contudo, assim como as correntes políticas lideradas por



Lula, as sucessivas e diferentes direções das entidades representativas dos economistas no Rio de Janeiro sempre se colocaram como frentes de resistência e críticas ao *ajuste* promovido por esse pacto político, dominante a partir dos anos 1990.

Dessa forma, e independentemente das vinculações partidárias dos membros dessas entidades, a vitória eleitoral de Lula em 2002 e a chegada do PT e de seus aliados históricos ao governo federal, a partir de 2003, abriram, naturalmente, uma enorme expectativa em relação às possibilidades que então se descortinavam.

Esse projeto editorial expressa também a posição das entidades dos economistas do Rio de Janeiro em não compactuar e não concordar com qualquer tipo de *silêncio*, ou perplexidade, frente aos aparentes paradoxos que o mundo da política nos reserva. Ao contrário, essas entidades assumem as suas posições com transparência. Declaram querer explicitamente resistir às tentações de compatibilizar o necessário e permanente exercício da crítica às conveniências e interesses políticos de ocasião. E afastam a possibilidade de condicionar a crítica a uma estreita – e, em geral, oportunista – con-

cepção de pragmatismo.

O correto entendimento do período analisado pelo livro, que se confunde com a chegada ao governo federal de um conjunto de partidos de esquerda, poderá ser útil para repensar os inúmeros desafios que continuam a se colocar em nosso horizonte, sem que haja, infelizmente, um mínimo de garantia de uma mudança estrutural dos rumos que o país assumiu desde o início dos anos de 1990.

Desde então, no plano objetivo do desenvolvimento econômico e social, aprofundamos a inserção subalterna da economia brasileira a um mundo sob hegemonia da globalização financeira e fortemente marcado por pressões das potências econômicas, soberanas nas definições de suas prioridades.

Na apresentação do livro é recordado que mesmo nos momentos de maior força do neoliberalismo, particularmente aqui na América Latina, em meados dos anos 1990, o Brasil e o PT eram vistos pelo mundo afora – especialmente pela esquerda mundial – como uma espécie de retaguarda de resistência e esperança de uma virada política que viria a acontecer, a partir dos fracassos econômicos e sociais que o projeto liberal acumulava.

Afinal, que outro país disputa de um partido de esquerda enraizado, como o Partido dos Trabalhadores? Qual outro país possuía a força de um movimento de massas organizado como o MST, ou o apoio importante de segmentos médios, críticos das consequências do ajuste liberal realizado, como servidores públicos, estudantes, advogados progressistas ou expressivos setores ligados às igrejas? Que outro país podia contar com uma central sindical, como a CUT, com sua força e representatividade? Particularmente, que outro país tinha o privilégio de ter construído uma liderança popular como o ex-retirante, ex-metalúrgico e líder político Luiz Inácio Lula da Silva, com todo o seu carisma e a sua simbologia?

Passados quase oito anos das eleições de 2002, e tendo o governo Lula sido reeleito na eleição presidencial de 2006, o livro oferece, portanto, a oportunidade de um balanço deste período.

As próximas décadas – em um mundo dominado pela globalização financeira, marcado por uma crise econômica de dimensões inéditas nos centros mais desenvolvidos do capitalismo e convivendo com o início do declínio do poder imperial, e até hoje incontestemente, dos Estados Unidos – nos colocam graves interrogações.

Em que medida estamos nos preparando para o futuro, de tensão e riscos, que sempre caracterizam esses momentos históricos de transição da hegemonia do poder global, ou ao menos do padrão de dominação que se construiu a partir do final da 2ª Grande Guerra e, especialmente, após o fim da União Soviética?

Somos um país extremamente rico em diversos recursos minerais estratégicos, incluindo agora o disputadíssimo petróleo, em decorrência da descoberta dos campos do pré-sal; pos-

suímos a Amazônia brasileira, a maior área dessa cobiçada e rica região sul-americana, santuário do maior patrimônio de biodiversidade da Terra; temos, em abundância, água e terras férteis, em meio a um mundo carente de alimentos e do líquido vital aos seres humanos. Além disso, temos um território continental e uma população que se aproxima dos 200 milhões de pessoas. Somos, enfim, um país com plena potencialidade de construir uma sociedade harmônica, com todas as condições de assegurar bem estar material e acesso à educação, saúde e serviços básicos de ótima qualidade ao conjunto da nossa população.

Contudo, por força do modelo em curso, nos encontramos em acelerado processo de desnacionalização do nosso parque produtivo, em franca trajetória de reprimarização de nossa pauta de exportações, aprofundando o processo de liberalização financeira e sem nenhuma autonomia na estratégica área de geração de conhecimentos científicos e tecnológicos, que possam atenuar nossa dependência externa.

Que país, portanto, estamos construindo?

Essa é a principal pergunta que o livro procura estimular que seja respondida.

Lula encerra os seus dois períodos presidenciais com grande popularidade, relativo crescimento econômico e geração de empregos de baixa remuneração e precária qualificação – mas, significativos em relação aos seus mais recentes antecessores. Conta com acentuada projeção internacional junto aos círculos do poder dominante do mundo mais desenvolvido, junto às vozes do *mercado*, mas também com prestígio em relação aos dirigentes dos países em desenvolvimento, incluindo os países da

América do Sul que neste momento empreendem revoluções democráticas e nacionalistas.

Porém, muito além de conclusões que se limitem a observar ou constatar os efeitos imediatos e aparentes do governo, torna-se necessário estabelecer a exata medida das ações realizadas, dentro de uma visão de longo prazo e do futuro que estamos projetando para o Brasil.

Junto com a aparência de avanços das políticas governamentais – em particular, na área macroeconômica, e com o apoio explícito da mídia dominante – observamos um forte e contínuo endividamento do Estado, o comprometimento de nossas finanças com uma gigantesca carga de pagamentos de juros, e o sacrifício permanente de áreas vitais ao dia a dia da população, como são os casos notórios da saúde, da educação, dos transportes de massa ou da segurança pública.

Ao mesmo tempo, temos também um perigoso processo de descrédito da população em relação aos poderes formalmente constituídos. Banalizou-se a realidade que impõe o péssimo padrão de atendimento de serviços essenciais à população, e generalizou-se a crença na inoperância dos políticos, dos legisladores e do próprio poder judiciário.

A política com P maiúsculo – aquela que discute e procura definir as grandes linhas mestras que constroem uma nação – se apequenou, e apenas as iniciativas relacionadas ao próprio *mercado* parecem ser as válidas e dotadas de credibilidade.

E aqui, voltamos à pergunta: que país, enfim, estamos construindo?

\* Paulo Passarinho é conselheiro do Co-recon-RJ.

1 Texto adaptado da Apresentação do Livro *Os Anos Lula – Contribuições para um balanço crítico 2003/2010*

Temas e Autores do livro

#### **Os Anos Lula – Contribuições para um balanço crítico 2003/2010**

- 1 Estratégias e Modelos de Desenvolvimento (João Paulo de Almeida Magalhães)
- 2 Modelo Liberal-Periférico e Bloco de Poder – Política e Dinâmica Macroeconômica nos Governos Lula (Luis Filgueiras, Bruno Pinheiro, Celeste Philigret, Paulo Branco)
- 3 Inserção Externa e Vulnerabilidade da Economia Brasileira no Governo Lula (Marcelo Dias Carcanholo)
- 4 Desenvolvimento e Inserção Externa: Algumas Considerações sobre o Período 2003-2009 no Brasil (Adhemar S. Mineiro)
- 5 Endividamento do Estado e Setor Financeiro no Brasil: Interdependências macroeconômicas e limites estruturais ao desenvolvimento (Miguel Bruno)
- 6 Considerações sobre energia e logística no Brasil (Carlos Lessa, Raphael Padula, Gustavo Santos)
- 7 O BNDES e a reorganização do capitalismo brasileiro – um debate necessário (João Roberto Lopes Pinto, Carlos Tautz, Felipe Siston, Luciana Badin)
- 8 Política Industrial do Governo Lula (Wilson Cano, Ana Lúcia Gonçalves da Silva)
- 9 Desigualdade Social no Brasil (Guilherme C. Delgado)
- 10 Desempenho macroeconômico em perspectiva histórica: Governo Lula (2003-10) (Reinaldo Gonçalves)
- 11 Governo Lula Um Balanço Crítico da Política de Transportes (Fernando Mac Dowell)
- 12 A Questão Agrária no Brasil: Não reforma e Contrarreforma Agrária no Governo Lula (Ariovaldo Umbelino de Oliveira)
- 13 Educação no Governo de Lula da Silva: A ruptura que não aconteceu (Roberto Leher)
- 14 A Saúde em Banho Maria (Lígia Bahia)
- 15 Trabalho e Sindicalismo no Governo Lula (Flávio Tonelli Vaz e Antonio Augusto Queiroz)

# Assistência Social no Governo Lula: elementos para reflexão

■ Elaine Rossetti Behring\*

O capitalismo contemporâneo vem produzindo uma política social à sua imagem e semelhança, de baixo custo e com grande ênfase nas políticas de assistência. Este processo só pode ser compreendido num marco de análise amplo. O mundo do capital está em crise desde o final do século XX, e a ofensiva neoliberal não foi capaz de reverter este ambiente. Neste artigo, farei um breve balanço crítico da política de assistência social no governo Lula, tendo como pressuposto esse ambiente pouco propício aos direitos e políticas sociais universais.

Ao longo dos oito anos do governo Lula, houve inovações no campo da política social, mas prevaleceram elementos de continuidade que dificultaram a sua consolidação com um viés reformista, a exemplo da seguridade social, da qual a assistência social é elemento constitutivo. Os documentos gerais orientadores do Governo Lula reconheciam a seguridade social nos termos constitucionais e seu papel estruturante e de proteção social, anunciando uma mudança de postura em relação ao governo FHC. E houve alguma recomposição do Estado com a realização de concursos públicos em várias áreas que estavam praticamente sem quadro próprio. Mas é possível afirmar seguramente que as principais inovações na seguridade social se deram no campo da assistência social: a constru-

ção do (Sistema Único de Assistência Social) SUAS e de seu marco regulatório, ao lado do Estatuto do Idoso e da implementação da idade de 65 anos para acesso ao BPC.

Desde 2004, após mudanças substantivas na equipe que conduzia a assistência social no país, acompanhamos uma espécie de “choque de gestão e regulação” na área da assistência social, com a construção do SUAS. O MDS, em sintonia com o Conselho Nacional da Assistência Social (CNAS), empreendeu um intensivo esforço de regulação, que contou com forte adesão dos demais entes federativos. Até 2007, 92,7% dos municípios aderiram ao SUAS. Houve também a adesão entre os trabalhadores da área, com destaque para os assistentes sociais e psicólogos. Contudo, há elementos importantes a serem problematizados.

O SUAS foi concebido e operacionalizado num contexto histórico antitético ao aprofundamento das reformas democráticas. A assistência social no PNRE/MARE (1995) esteve no rol de políticas a serem desenvolvidas pelo setor público não-estatal. O ajuste fiscal comprimiu a alocação de recursos ao longo de todo o período 1995-2002. Técnicos do Estado foram capacitados na perspectiva do ajuste das orientações das agências internacionais pa-

ra a política social: boa focalização, otimização da relação custo-benefício, estímulo ao setor privado e ao voluntariado. O conceito-chave para a política social no período era a focalização associada à seletividade. Tratou-se de desencadear políticas voltadas às vítimas mais visíveis do ajuste neoliberal, para os mais pobres, dentre os pobres, os mais “vulneráveis”, “excluídos” ou em “situação de risco”. Essa espécie de “política social ambulância” seria a única compatível com a lógica macroeconômica do Plano Real,

a lógica da estabilidade a qualquer custo e da “responsabilidade fiscal”. Em 2001, a Lei de Responsabilidade Fiscal sela este processo, assegurando que se pode, em nome da austeridade, cortar gastos, com exceção daqueles relacionados à dívida pública. Assim, a focalização tem sido retroalimentada por uma parca alocação de recursos para a seguridade e para a assistência social, de FHC a Lula.

Dados ilustram essa tendência da alocação dos recursos públicos: a carga tributária nacional cresceu desde o início do Plano Real, oscilando de 29% (1994) e 35% do PIB desde então. Esse crescimento da CTN não resultou num choque de financiamento da seguridade social. Na verdade, mecanismos da atual política econômica como a DRU – prorrogada até 2011 – retiraram, entre 2000 e 2007, 205,2 bilhões de reais da seguridade social, e apenas em 2007, 65% do superávit primário foi gerado com recursos da seguridade social, segundo Ivanete Boschetti. Há um crescimento vegetativo dos recursos para a seguridade, que se manteve variando entre 10 e 11% do PIB entre 2000 e 2007. Dentro do OS, há um crescimento da alocação de recursos na assistência social, que diz respeito aos benefícios e programas de transferência de renda, mas apenas 58,6% dos recursos são geridos pelo FNAS, já que o PBF fica fora do fundo, apesar de se localizar na fun-

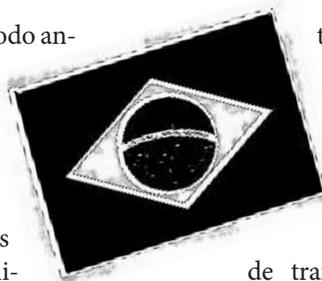


ção assistência. Do que fica no FNAS, 92% foram para programas de transferência de renda e 8% para os demais programas em 2006, tendência contínua ao longo de todos esses anos. Esses 8 ou 9% incluem todos os programas e a implantação do SUAS, o que coloca em cheque o caráter “estruturante” da política atual, pelas restrições orçamentárias. O PAC também retira recursos da seguridade por meio da renúncia fiscal da COFINS – uma fonte decisiva da seguridade e da assistência social.

Seria o choque de gestão e regulação contido no SUAS uma retomada do fio da reforma democrática? Quando acompanhamos a política e as NOBs é perceptível que várias medidas geram tensão com a política econômica e a desestruturação do Estado preconizadas pelo neoliberalismo, já que supõe investimentos importantes em contratação de pessoal, capacitação, aquisição de espaços físicos, material de consumo significativo, bens de capital para a implantação da Rede SUAS, outra inovação interessante do sistema, e equipamentos permanentes, a exemplo da implantação dos CRAS, que hoje são 6.833, e 2.036 CREAS. É evidente que uma maior capacidade operacional da política de assistência social é muito importante e aqui reside o avanço, numa área marcada pela superposição de recursos, pela política do favor. Contudo, não podemos correr o risco de isolar a política de assistência social, vê-la em si, a fora das relações sociais que a circunscrevem, eliminando do cenário as contradições, a relação com a economia e a luta de classes.

Já o Programa Bolsa Família é uma inovação parcial e constitui a marca central da política social brasileira: unificou as bolsas

existentes no período anterior; abrange 12.769.155 de famílias, apesar de 42,56% das famílias pobres identificadas pelo Cadastro Único ficarem de fora (MDS, 2010); tem financiamento do orçamento público; é operado com profissionalização em perspectiva, apesar da precarização (contratos temporários e flexíveis nos municípios) e padronização/rotinização “fordista” do trabalho identificada em muitos municípios; que dá transparência à implementação; cujas transferências têm um valor médio maior que no período anterior; que contribua para a cobertura da vacinação e o índice de matrículas na escola – ainda que esta escola e esta saúde tenham qualidade insuficiente, e se transforme direito em obrigação, além de sobrecarregar as mulheres; que produz o Cadastro Único que permite mapear as necessidades; que tem impacto sobre a economia dos municípios estimulando o consumo; que tem impacto sobre o cotidiano da vida das famílias, em especial na alimentação. Contudo, não podemos deixar de observar que: o PBF não é um direito adquirido, a exemplo do BPC e da aposentadoria rural, ficando ao sabor da disposição política do governo; os critérios de acesso são focalizados, o que deixou, em 2006, 57% dos domicílios brasileiros com renda per capita até meio salário mínimo sem participação em nenhum programa de transferência de renda, ou seja, 6,85 milhões de famílias; que isolado, sem correlação com as demais políticas, desfinanciadas que estão, há um congelamento da condição de pobreza, sem porta de saída; que nessas condições – de não ser par-



te da política, mas a política – o programa se presta ao clientelismo político. É importante que exista um programa de transferência de renda, mas os valores deveriam ser mais consistentes, articulados ao salário mínimo, e não submetidos ao ajuste fiscal; os critérios de acesso universais e constitucionais; e a gestão deveria ser pelo FNAS e em articulação com o SUAS, que por sua vez deve estar conectado com a seguridade social. Segundo Gonçalves e Filgueiras, “um total de sete milhões de pessoas (14% do total de pobres) cruzaram a linha de pobreza, mas retornariam à condição anterior, imediatamente caso os programas fossem suspensos”, o que mostra a dependência e o palco para o clientelismo, ao passo em que revela o trágico quadro de necessidades sociais básicas de enormes contingentes da população brasileira. Caiu o coeficiente de Gini (de 0,585 para 0,547), que mede fundamentalmente a desigualdade no interior da renda do trabalho, como efeito da previdência, do salário mínimo e da geração de empregos no setor público, mas todas as demais características da desigualdade social se mantêm – a exemplo da manutenção de 20 mil clãs parentais parasitários por meio dos títulos da dívida pública.

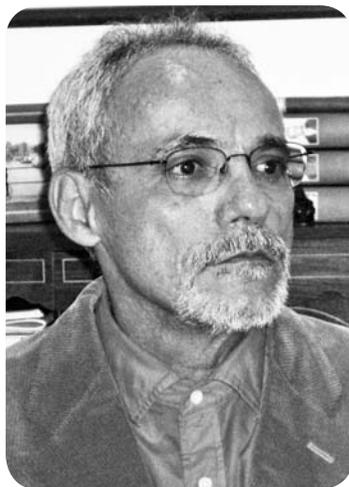
Lavinias argumenta que a transferência de renda federal se transformou numa espécie de quase tudo da política social brasileira e que a alocação de recursos de estados e municípios tem sido pífia, o que mostra a ausência de coordenação de um pacto federativo para a redução efetiva das desigualdades. É especialmente preocupante a redução do investimento em edu-

cação fundamental, cujo percentual caiu 1,2% per capita ao ano, em habitação, 8,29%, e em saneamento, 10,1%, entre os anos de 2002 e 2004. Ela critica a ausência de uma política que seja efetivamente um direito de seguridade, bem como a falta de acesso aos serviços, a partir do recuo dos gastos na provisão de serviços públicos de caráter universal. Pochmann diz que: “quando se compara o gasto social médio real per capita do Governo Federal do período 2003/2005 com o de 2001/2002 registra-se uma queda de 2,73%. Dos nove componentes do gasto social total, somente a assistência social apresentou elevação real per capita (11,11%), ao passo que a despesa com habitação e saneamento registrou a maior queda (-44,03%), seguida do sistema “S” (-29,61%), dos benefícios ao servidor (-19,98%), da proteção ao trabalhador (-7,86%) e da saúde (-7,49%).

Pelo exposto, tudo indica que tivemos a assistência social inovada num contexto de crise e de proteção social a baixo custo, e que não protege. Gera a ilusão de proteção e forja uma base de sustentação política sólida à colisão de poder existente, produzindo uma aliança política exótica entre os muito pobres e os que se nutrem do mercado financeiro e do agronegócio. Para enveredar por um caminho de reforma democrática e de uma política social que viabilize efetivos direitos e interfira na desigualdade entre ricos e pobres no Brasil, há que se reorientar radicalmente a política econômica e estabelecer prioridades diferentes.

\* A professora doutora Elaine Rossetti Behring é professora adjunta do Departamento de Política Social da Faculdade de Serviço Social (FSS) da Uerj e presidente da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).

## “As mudanças estruturais que configuraram o Modelo Liberal-Periférico começaram com o Governo Collor, se aprofundaram e consolidaram nos Governos FHC e sofreram alguns ajustes com os Governos Lula.”



Doutor em Economia pela Unicamp e pós-doutorado pela Universidade Paris XIII, Luiz Filgueiras é autor do livro *História do Plano Real* e coautor, com Reinaldo Gonçalves, de *Economia Política do Governo Lula*. Nesta entrevista, faz um balanço da história econômica recente no Brasil e aponta tendências.

**P:** Foi muito marcante, no início do governo Lula, em 2003, a manutenção do tripé da política macroeconômica, decorrente do acordo com o FMI - herança do governo FHC, inclusive com a elevação das metas de superávit primário. Na sua avaliação, qual a razão dessa opção?

**R:** Essa opção foi de natureza fundamentalmente política. Observando em retrospectiva, e já com certa distância, essa escolha explicitou, de forma cabal, um processo que se iniciou nos anos 1990, após a derrota do PT e de Lula nas eleições presidenciais do ano anterior. Ali, ocorreu uma importante inflexão política; com a vitória do ideário e do projeto neoliberal, a implementação de suas políticas e o descenso dos movimentos sociais e sindical, a resposta desse Partido foi a de se adaptar, cada vez mais, à ordem institucional-eleitoral. Isto implicou mudanças importantes no seu progra-

ma e em seu discurso de caráter socialista, defecções à esquerda do espectro partidário, alianças políticas cada vez mais à direita, incorporação de práticas políticas tradicionais anteriormente condenadas, redução gradativa da importância de sua militância em suas decisões internas e estreitamento dos laços com parcelas importantes do grande capital - que passou a financiar o Partido e suas candidaturas. Tudo isso comandado por sua fração hegemônica, então denominada de “Articulação”, e que, posteriormente, já durante o Governo Lula, esteve no centro da crise detonada pelo chamado “mensalão”. Em suma, o Partido assumiu-se, cada vez mais na prática, como mais uma organização tradicional de políticos profissionais, situada acima das classes e de suas disputas - procurando arbitrá-las e conciliá-las. O primeiro Governo Lula foi o ponto culminante desse processo de transformismo. A manutenção do mesmo modelo econômico (estruturado a partir de Collor) e da mesma política econômica (implementada a partir do segundo Governo FHC) foi sinalizada antes mesmo da vitória eleitoral com a conhecida “Carta ao Povo Brasileiro”. Modelo e

política estes que, com algumas nuances, continuam vigentes ainda hoje. Portanto, na nova perspectiva assumida pelo Partido e por Lula, essa foi a opção “natural”; não havia escolha, tendo sido à época justificada com o argumento da “herança maldita” deixada por FHC. Apesar disso tudo, o discurso então ainda era de crítica ao modelo e às políticas, que estariam sendo preservados apenas momentaneamente. Hoje, sabemos que eles foram mantidos e legitimados, em razão da retomada do crescimento econômico - que teve como circunstância essencial a ocorrência de uma fase ascendente de um novo ciclo econômico internacional, puxado pela relação, cada vez mais estrutural, entre os EUA e a China.

**P:** Por que razão os efeitos dessa opção mostraram-se tão diferentes - em termos dos resultados obtidos para o crescimento econômico, geração de empregos e saldo da balança comercial - entre o período de 1999 e 2002, sob o governo de FHC, e os anos seguintes?

**R:** Na verdade, os primeiros sinais de mudança da conjuntura internacional, que seria crucial para a retomada do crescimen-

to da economia brasileira, manifestaram-se ainda no segundo Governo FHC - quando, no seu penúltimo ano, a balança comercial tornou-se de novo superavitária, depois de seis anos de déficits (1995-2000), em razão da natureza do Plano Real e da sua estratégia de política econômica. A inversão da tendência foi produto da ocorrência, em 1999, de uma crise cambial, que obrigou o segundo Governo FHC a mudar a política macroeconômica que permitia a valorização do Real. Com a mudança da taxa de câmbio, e o crescimento econômico mundial, já no último ano (2002) desse governo, o superávit foi de mais de US\$ 12 bilhões. A partir daí, e já no Governo Lula (2003), as exportações cresceram reiteradamente, propiciando saldos crescentes até 2007. Posteriormente, esses saldos reduziram-se, mas ainda continuaram positivos. Pois bem, a impressionante melhora das contas externas permitiu, ainda no final do primeiro Governo Lula, uma flexibilização quantitativa da política macroeconômica: as taxas de juros caíram e os superávits primários foram reduzidos; com isso expandiram-se o crédito e os gastos do

Governo – este último principalmente no segundo Governo Lula, com a criação do PAC. O crescimento, puxado inicialmente pelas exportações, foi, a seguir, empurrado pelo crescimento do mercado interno – estimulado pelo crescimento do emprego e do aumento do valor do salário mínimo acima da inflação e, por consequência, também pelo aumento dos valores dos benefícios da Previdência Social; além da expansão da política social focalizada consubstanciada no programa Bolsa Família. Em resumo, **a redução da vulnerabilidade externa conjuntural – com aumento das reservas cambiais-, juntamente com a flexibilização da política macroeconômica – que permitiu uma atuação proativa do Estado e o crescimento do mercado interno -, está no centro da explicação para o melhor desempenho da economia brasileira no segundo Governo Lula, apesar da manutenção do mesmo modelo econômico e da mesma política macroeconômica.**

*P: Nossa pauta de exportações teve um crescimento importante na participação de produtos primários e semi-elaborados, de baixo valor agregado, puxado especialmente pela forte demanda asiática, com destaque para o papel da China. Apesar da farta literatura que aponta diversos riscos para esse tipo de processo, já há economistas, inclusive vinculados no passado à escola cepalina, que sustentam que as características das economias asiáticas nos poderiam garantir vantagens ao longo do tempo, sem maiores*

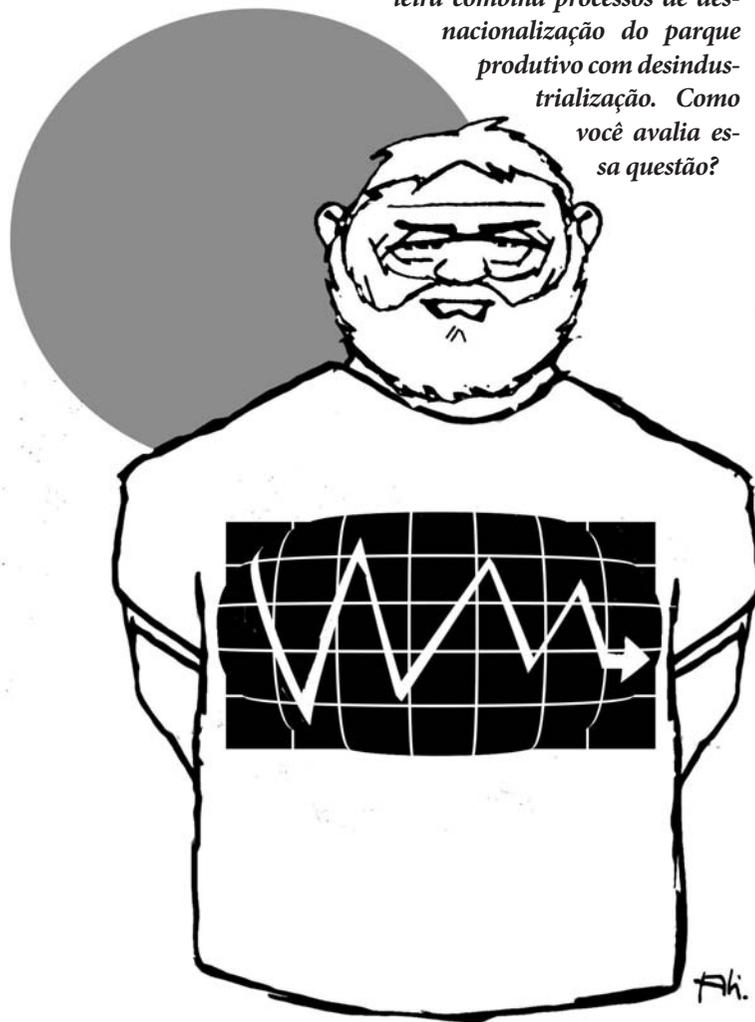
**prejuízos para o nosso parque produtivo e industrial. Qual a sua visão sobre esse tema?**

R: De fato, está havendo um claro movimento de maior especialização de nossa pauta de exportação em commodities agrícolas e industriais, em detrimento da participação dos produtos de maior intensidade tecnológica e maior valor agregado. Isto decorre, sem dúvida, da forte demanda asiática, em especial da demanda da China; mas também em razão da política cambial que, a partir do Governo Lula, tem levado o real a se valorizar sistematicamente frente ao dólar e também às demais moedas. Isto não compromete as exportações de commodities porque os seus preços subiram sistematicamente com o crescimento da economia mundial; com a crise mundial em 2008 esses preços caíram, mas, mais recentemente, voltaram a subir. Essa política, apoiada em taxas de juros elevadas que atraem capitais estrangeiros especulativos para aplicações em títulos do governo, serve para controlar a inflação, mas compromete a competitividade dos produtos industriais de maior valor agregado – o que dificulta suas exportações, estimula a importação de produtos similares e torna oneroso ou impede o desenvolvimento de segmentos industriais de maior intensidade tecnológica. No mínimo, provoca um processo de desindustrialização relativa do país. Com a exploração do Pré-Sal e a manutenção dessa política, essa tendência será fortemente reforçada. Quem acha que esse é um bom caminho aposta que a mudança dos termos de troca, com a valorização das commodities, não é apenas conjuntural; é um movimento de

longo prazo, fortemente associado ao processo de desenvolvimento chinês e de outros países da periferia, bem como à tendência de escassez relativa das matérias-primas. Portanto, acreditam que, ao contrário da antiga CEPAL e das teses de

tanto com países que exportam produtos de baixo valor agregado quanto com países desenvolvidos que exportam produtos intensivos em tecnologia.

*P: Para muitos críticos, a marcha atual da economia brasileira combina processos de desnacionalização do parque produtivo com desindustrialização. Como você avalia essa questão?*



Celso Furtado, o desenvolvimento brasileiro pode apoiar-se fortemente na produção e exportação de commodities. Acho isso um erro; inclusive porque os ganhos com a exportação de commodities não são excludentes com o avanço da industrialização para setores intensivos em alta tecnologia; a própria China é um exemplo disso. A sua participação no mercado mundial se dá em todos os segmentos, disputando

R: Penso que está ocorrendo um processo de desindustrialização relativa, pelas razões explicitadas na resposta anterior, ou seja, cresce a participação dos produtos primários e dos produtos industriais de baixo valor agregado e/ou baixa intensidade tecnológica na estrutura produtiva e nas exportações. Quanto à desnacionalização, este foi um processo mais intenso no primeiro Governo FHC, quando a economia foi fortemente impacta-

da pela abertura comercial e financeira e a implementação das privatizações, com o apoio do BNDES para a aquisição de empresas estatais por grupos privados, inclusive internacionais.

**P: No texto em que você, junto com outros autores, apresenta o seu balanço no livro Os Anos Lula - Contribuições para um balanço crítico 2003-2010 é assinalado que a dinâmica da economia brasileira sob o governo Lula deve ser avaliada no seu sentido político mais profundo, a partir de condições estruturais que configuram o atual padrão de desenvolvimento capitalista, associado a um determinado bloco de poder político, ambos constituídos ao longo dos anos 1990. Quais são os principais traços dessas condições estruturais e qual é esse bloco de poder?**

R: As mudanças estruturais, que configuraram o que se pode denominar de Modelo Liberal-Periférico, começaram no início dos anos 1990 com o Governo Collor, se aprofundaram e consolidaram nos Governos FHC e sofreram alguns ajustes com os Governos Lula. Elas se constituíram, ao mesmo tempo, em uma desestruturação do Modelo de Substituição de Importações – que se encontrava em crise desde o começo dos anos 1980. Resumidamente, podemos explicitá-las da seguinte forma: 1- mudança na relação de forças entre capital e trabalho, com forte inflexão a favor do primeiro, propiciada pelo processo de reestruturação produtiva e a abertura comercial-financeira da economia – que provocaram uma grande elevação das taxas de desemprego e o enfraquecimento dos sindicatos; 2- mudança nas relações inter-capitalistas, provocadas pela abertura

comercial-financeira e as privatizações, que deslocaram a hegemonia econômica-política do antigo capital industrial para o capital financeiro (internacional e nacional) e enfraqueceram segmentos importantes do capital nacional e do Estado, desembocando num processo de desnacionalização; 3- mudança na inserção internacional da economia brasileira, provocada, mais uma vez, pela abertura comercial-financeira – que implicou um aumento da sua vulnerabilidade externa estrutural e uma maior instabilidade macroeconômica; 4- mudança na forma de atuação do Estado, em razão do processo de privatizações e da política econômica adotada; e, como consequência das anteriores, 5- mudança nas formas de representação política, com o esvaziamento das instituições da democracia formal (parlamentos) e o fortalecimento de agências específicas de poder no interior do Estado capturadas por determinadas frações do capital. Tudo isso levou à redefinição do Bloco de Poder que podemos resumir da seguinte modo: No primeiro Governo FHC a hegemonia desse Bloco foi exercida, de forma restrita, pelo capital financeiro e as frações financeirizadas do capital, tal como expressas nos grandes grupos econômicos. Posteriormente, no segundo Governo FHC, iniciou-se um movimento de fortalecimento do agronegócio, em decorrência da crise cambial de 1999 – que explicitou a impossibilidade de um mínimo de estabilidade macroeconômica com a manutenção da política até então adotada e resumida na conhecida frase “importar é o que importa”, do então Presidente do Banco Central e tão a gosto dos interesses do capital finan-

ceiro naquele período. O capital financeiro ao compreender a importância das exportações, passou a aceitar a crescente influência do agronegócio no Bloco de Poder. No primeiro Governo Lula esta nova situação se consolidou e, a seguir, com o crescimento econômico – já tratado e analisado em questão anterior –, o Bloco de Poder sofre nova acomodação, através do fortalecimento de grandes grupos econômicos nacionais, articulados por dentro do Estado (com apoio do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal e do BNDES) e com os grandes fundos de pensão das empresas estatais e, com especial destaque, a Petrobrás. Nessa nova fase, vem-se consolidando um processo de centralização de capitais nacionais na esfera produtiva e financeira, com forte ampliação das escalas de produção e a internacionalização da atuação dos grandes grupos nacionais. Esta é, ao meu juízo, a nova configuração do capitalismo no Brasil. **O Estado, mais uma vez, se mostra fundamental para o fortalecimento e o aprofundamento da economia capitalista na preferência.**

**P: Defensores do governo Lula reconhecem que teria havido a necessidade de um ajuste mais duro da economia no início do governo, mas posteriormente foi possível a inauguração de uma fase desenvolvimentista, materializada no PAC - o Plano de Aceleração do Crescimento. Vivemos, hoje, um novo desenvolvimentismo?**

R: Entendo que o que estão chamando de Novo Desenvolvimentismo é, exatamente, o quadro que tracei anteriormente da economia brasileira e do Bloco de Poder, acrescido da afirma-

ção de que houve uma melhora na distribuição de renda. Daí a denominação de Novo Desenvolvimentismo, isto é, o retorno de taxas de crescimento mais elevadas, como no período do Modelo de Substituição de Importações, mas, agora, com distribuição de renda. Em resumo, crescimento com distribuição diferenciada o atual modelo do anterior. Contudo, essa questão da distribuição de renda é polêmica. Certo mesmo é que houve uma pequena melhora na distribuição dos rendimentos do trabalho, em razão do crescimento do emprego e do aumento real do salário mínimo e dos benefícios da Previdência Social, já mencionados anteriormente. A distribuição funcional da renda permanece, fundamentalmente, a mesma. Isto foi possível porque o “jogo”, com o crescimento, foi de soma positiva, isto é, todos ganharam e, no interior da classe trabalhadora, os segmentos de menor renda foram os que mais ganharam relativamente. Nesse contexto, **o Governo Lula e sua política conseguiram conciliar interesses potencialmente conflitantes; mas isto foi feito à custa da legitimação do modelo e de sua política macroeconômica, bem como da despolíticação e enfraquecimento dos movimentos sociais e do movimento sindical** – este último aderindo de forma acrítica ao governo e acenando, ainda mais, o seu caráter estritamente corporativista. A expressão final desse processo, do ponto de vista político, é o fenômeno já conhecido como “lulismo” e o enfraquecimento dos Partidos, em especial o PT – cuja ação mobilizadora e dependência ficaram seriamente comprometidas.

# Capitalismo na China é negócio de Estado e no Brasil é negócio de governo



■ Carlos Sidnei Coutinho\*

## Cenário Mundial na primeira década do século XXI

Os Estados soberanos se destacam como garantidores, em última instância, dos “negócios” globalizados, ou, do movimento de globalização do capitalismo. Nunca na história da expansão mundial do capitalismo a soberania do Estado-Nação (sobretudo no caso do Estado Hegemônico Mundial, os EUA) foi tão estrategicamente relevante para viabilizar esses negócios nos principais cenários econômicos, principalmente no financeiro. Além da manutenção do monopólio da guerra de extermínio por parte do Estado hegemônico (superpotência) do capitalismo hege-

mônico mundial, parcialmente compartilhado com as demais potências de segunda grandeza e a potência emergente em ascensão: a China (gigantismo industrial). Essas são características da nova ordem econômica mundial – cenário no qual é exercido o grande poder mundial baseado nos Estados soberanos – em formação desde o fim da Guerra Fria e o decorrente colapso da URSS. Portanto, a expansão dos negócios globalizados, denominada “globalização econômica”, sobretudo no decorrer do último quartel do século passado, só reforçou o papel estratégico do exercício do poder de Estado no âmbito mundial como garantidor, em última instância, da expansão mundial do capitalismo e suas crises.

## O Estado promotor do gigantismo industrial

O crescimento econômico da China se efetiva a partir de uma agenda composta de investimentos em setores estratégicos: aquisições e participações de empresas no exterior; investimentos em parcerias com empresas e governos em atividades produtoras de energia e garantidoras de matérias-primas; compra de terras no exterior para a produção de alimentos; considera a política de transferência de tecnologia como ponto fundamental para a atração dos investimentos estrangeiros, o que permite reduzir as importações e aumentar as exportações; e ampliação do poder de negociação na OMC, por ser o maior mercado consumidor potencial do mundo e hoje já o maior importador de matérias-primas do mundo.

Diante dessa estratégia do Estado chinês, os governos estão se defrontando com um fato novo: negociar com o Estado chinês as estratégias de investimentos dos oligopólios estatais chineses (negociações entre governos soberanos). Historicamente os governos sempre se defrontaram com oligopólios transnacionais, liderados pelos norte-americanos, que contam com o apoio do Estado hegemônico mundial, na competição por mercados pelo mundo (negociações entre governos e oligopólios privados). Todavia, a estratégia da China representa um novo status no relacionamento entre

entidades soberanas. A compra de terras, minas, exploração petrolífera, por exemplo, por parte das estatais chinesas num determinado país, configura nova realidade no contexto do exercício da soberania. Portanto, as negociações passam pelas relações de soberania entre a China e os países parceiros. São parcerias estratégicas entre Estados soberanos em última instância. Dessa forma, houve uma mudança qualitativa no status da bipolaridade. O desenvolvimento do capitalismo na China é um negócio de Estado, assumindo a conotação de principal objetivo perene de desenvolvimento da sociedade.

## Brasil-China: evolução da relação bilateral

Durante o governo Geisel, o Brasil estabeleceu relações diplomáticas com a República Popular da China e, devido à aceitação internacional do



princípio da existência de uma só China, ao mesmo tempo rompeu relações com a República da China (Taiwan).

O Brasil se alinhava com as mudanças na política mundial da época. Em 1971 Pequim, que se aproximou de Washington, passou a ocupar uma vaga de membro permanente do Conselho de Segurança da ONU, em lugar de Taipé. Para o Brasil tratava-se de uma aposta no futuro, uma vez que a China estava vivendo os últimos dias da era Mao Tse-Tung. Em 1978 a China iniciou seu programa de reformas e “quatro modernizações”, que num quarto de século a transformou num gigante industrial, mudando os rumos do capitalismo no mundo.

Muito se pensou nas oportunidades comerciais que se abriam – a China consome mais de 50% do cimento e 40% do aço produzido no mundo e importa enorme quantidade de alimentos e matérias primas –, mas se apostava também em parceria estratégica, significando cooperação e apoio mútuo para o desenvolvimento econômico, tecnológico e a construção de um mundo pacífico e multipolar. Uma parceria entre o maior país em desenvolvimento do hemisfério Norte e o maior país do Sul. Todavia, nem todos os governos que se seguiram aproveitaram essa oportunidade única. O relacionamento bilateral se desenvolveu lentamente ao longo do tempo até atingir o patamar atual em decorrência das mudanças recentes.

O Brasil exportou commodities em quantidade cada vez maior, importando bens de consumo e equipamentos eletrônicos, máquinas e equipamentos, mantendo a balança comercial



favorável. Houve também cooperação mútua em infraestrutura, com empresas bra-

sileiras participando da construção da hidrelétrica de Três Gargantas (a maior do mundo) e os chineses na construção de ferrovias no Brasil. O projeto de satélites de sensoriamento remoto e a parceria tecnológica em áreas de ponta, como a nuclear, são os exemplos mais avançados dessa cooperação. A busca de investimentos recíprocos é a estratégia mais recente da bilateralidade em voga.

Igualmente importante é a dimensão político-diplomática do relacionamento bilateral. Além do apoio do Estado chinês à candidatura do Brasil como membro permanente ao Conselho de Segurança da ONU, ambos os países cooperaram na construção de um sistema mundial multipolar, que revalorize o papel da ONU, dentro do espírito dos chamados Cinco Princípios da Coexistência Pacífica. Além disso, o estabelecimento do G-20 visa fortalecer a posição dos países em desenvolvimento na OMC. No entanto, há elementos em que a China pode inspirar o Brasil, como no caso das políticas de inclusão social, que lá são programas de Estado, status diferente do verificado aqui, onde são programas de governo. Mesmo originando desigualdades sociais, até mesmo crescentes, as reformas econômicas implantadas pelo governo chinês, segundo a ONU, tiraram cerca de 400 milhões de chineses da linha de pobreza absoluta em pouco mais de uma década. O Estado promoveu a maior revolução social da história nas últimas três décadas de desenvolvimento econômico da China.

## Estado e capitalismo no Brasil: uma experiência “periférica”

Os governos brasileiros sempre se defrontaram com os oligopólios transnacionais (liderados pelas multinacionais norte-americanas) ao longo do processo de evolução do capitalismo no Brasil. No caso do desenvolvimento econômico, ele sempre foi tema privilegiado pelos governos. A questão do “capitalismo negócio de Estado”, no caso do Brasil, é recente e se coloca em novas bases: a necessidade de uma ampla e urgente reforma do Estado historicamente indutor e promotor do desenvolvimento do capitalismo. Sempre houve necessidade de dotar o Estado de instituições políticas e econômicas (mediante sua modernização) adequadas ao enfrentamento dos desafios do desenvolvimento e suas crises econômicas. Diante do cenário atual da expansão e crise do capitalismo mundial – capitalismo como “negócio” de Estado no mundo todo, na esteira do movimento de globalização dos negócios a partir dos anos 90 do século passado –, o Estado brasileiro tem se mostrado limitado (frágil) no enfrentamento das demandas inescapáveis colocadas por essa nova realidade mundial.

## A fragilidade do Estado brasileiro diante dessa nova realidade

No caso brasileiro, a questão fundamental não está na natureza do Estado ser capitalista, mas nos termos do desenvolvimento do capitalismo ser negócio de Estado. Neste caso, o desenvolvimento do capitalismo através da industrialização ser considerado o negócio prioritário dos governos peri-

féricos. Justamente no cumprimento dessa missão, os governos brasileiros se mostraram frágeis na consecução desse objetivo de Estado, exceto nos estágios iniciais no processo de industrialização ao longo do desenvolvimento do capitalismo. A fragilidade se configura em diversos campos do exercício da soberania. No campo dos investimentos, apoiando estratégias empresariais de um número restrito de grupos tradicionais da indústria manufatureira e extrativa – as duas maiores empresas brasileiras, Petrobrás e Vale, atuam mais próximas do atual modelo de globalização dos negócios em áreas de recursos estratégicos para o gigante industrial. No campo comercial, mediante ações diplomáticas, muitas vezes frustradas, no âmbito da OMC. Na inserção subalterna nos fóruns de ação coletiva das potências econômicas. Neste contexto, em particular, suas ações estratégicas têm surtido resultados favoráveis limitados ao Estado brasileiro diante do poder de retaliação que reúnem as potências econômicas. Embora seja reconhecido o esforço das duas administrações petistas nesses campos de ação, o que tem resultado em alguns avanços nas parcerias, sobretudo no caso específico da China muito recentemente, ainda há muito que se explorar na parceria estratégica com a China. Em resumo, até o presente momento, a parceria bilateral tem sido importante para a BM&F e para a estratégia de investimentos da China, que já desfruta da condição de principal parceiro comercial, na garantia de energia e matérias-primas.

\* Carlos Sidnei Coutinho é conselheiro do Corecon-MG e professor da UFMG.

## Prêmio de Monografia

O JE dá continuidade à publicação dos resumos dos textos vencedores do 20º Prêmio de Monografia Economista Celso Furtado. O trabalho de conclusão de curso de Bruno Pires Tiberto foi o segundo colocado no concurso.

## Análise do Sistema de Seguridade Social do Brasil: um estudo sobre a real situação financeira da Previdência Social

■ Bruno Pires Tiberto\*

### 1. Introdução

A Previdência Social é um tema que está inserido entre os principais assuntos discutidos atualmente pela sociedade brasileira. Os desequilíbrios fiscais do governo federal são normalmente justificados pelos gastos vinculados ao sistema público de Previdência Social devido ao seu suposto déficit. Por este motivo, a teoria econômica convencional propõe uma ampla reforma na Previdência Social, justificada pelo seu recorrente déficit ao longo dos últimos anos e pela perspectiva futura de insustentabilidade do sistema, devido ao aumento da expectativa de vida da população brasileira nos últimos anos e à queda na taxa de fertilidade. Desta forma, um dos objetivos desse trabalho é analisar a real situação financeira da Previdência Social no Brasil e verificar se a Previdência Social é, ou não é, deficitária.

### 2. Análise financeira do sistema de Seguridade Social Brasileiro: enfoque no Regime Geral de Previdência Social – RGPS

Esta seção visa a analisar a real situação financeira do sistema de Seguridade Social no período histórico recente, entre os anos de 2001 a 2008. Com base nas receitas estabelecidas pela Constituição Federal de 1988 para Seguridade Social, bem como nas suas despesas vinculadas, a seção 2.1 faz uma análise de sua capacidade financeira mediante a elaboração de um orçamento único que abranja somente as receitas e as despesas vinculadas, pela Constituição, à Seguridade Social. A seção 2.2 faz uma análise da evolução do Fluxo de Caixa do INSS na década de 2000, e verifica se os dados oficiais divulgados são condizentes com a realidade financeira do Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

### 2.1 – Análise financeira da Seguridade Social do Brasil

Esta seção objetiva analisar a capacidade financeira do sistema de Seguridade Social, seguindo estritamente o seu conceito definido na Constituição de 1988. Visa-se demonstrar que o Orçamento Fiscal foi sistematicamente financiado pelos superávits observados no Orçamento da Seguridade Social durante a década de 2000.

As contribuições constitucionalmente destinadas ao financiamento da Seguridade Social são: contribuição patronal ao INSS, CSLL, COFINS, a receita sobre a renda líquida dos concursos de prognósticos, PIS/PASEP e a extinta CPMF. Além dessas contribuições sociais, o artigo 195 da Constituição diz que a Seguridade Social também será financiada por recursos provenientes da União, ou seja, o governo federal deve contribuir com parcela do Orçamento Fiscal para o financiamento da Seguridade Social. No entanto, ocorre que, através da Desvinculação de Receitas da União – DRU, é o Orçamento da Seguridade Social que transfere recursos para o Orçamento Fiscal, financiando-o<sup>1</sup>.



As despesas consideradas nesta seção relativas à Seguridade Social são as diretamente ligadas à Previdência Social, à Saúde ou à Assistência Social, nos termos em que cada uma dessas áreas está descrita nos artigos 194 a 204 da Constituição.

De acordo com a tabela 1, percebe-se que ao longo dessa década o sistema de Seguridade Social apresentou superávits vultosos e crescentes em quase todos os anos. No último quadriênio analisado, 2005-2008, a média do su-

perávit do Orçamento da Seguridade Social foi de R\$ 56,7 bilhões. Se comparado com o quadriênio, 2001-2004, cujo superávit médio foi de R\$ 34,7 bilhões, houve um crescimento médio do superávit nominal do Orçamento da Seguridade Social de 63,5%.

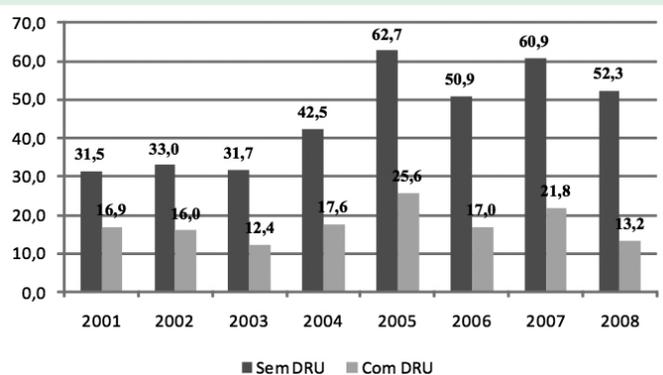
O gráfico 1 demonstra a robustez e a capacidade financeira do Orçamento da Seguridade Social que, mesmo após a aplicação dos 20% legalmente permitidos pela DRU, continuou apresentando superávits em todos os anos dessa década. Entretanto, esse excedente observado é apropriado, de maneira não regulamentada, pelo Orçamento Fiscal, pois, o governo divulga um único orçamento consolidando os dados fiscais com os dados da seguridade social. Desta forma, o excedente observado no Orçamento da Seguridade Social é automaticamente absorvido pelo Orçamento Fiscal. Se o governo federal cumprisse o dispositivo constitucional, artigo 165 parágrafo quinto, que determina a elaboração de três orçamentos – o Orçamento Fiscal, o Orçamento de Investimento das Empresas da União e o Orçamento da Seguridade Social – para a composição da

Tabela 1 - Orçamento da Seguridade Social: receitas e despesas do RGPS – 2001-2008

	R\$ bilhões							
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
<b>1. Receita Total</b>	<b>136,88</b>	<b>157,40</b>	<b>180,44</b>	<b>220,34</b>	<b>283,19</b>	<b>305,20</b>	<b>347,29</b>	<b>364,95</b>
1.1. Receita de contribuições sociais	135,30	156,15	179,08	218,28	279,96	301,33	342,30	358,91
1.1.1. Receita Previdenciária Líquida RGPS	62,49	71,03	80,73	93,77	108,43	123,52	140,41	163,36
1.2. COFINS	45,68	51,03	57,78	77,29	89,60	90,34	101,84	119,34
1.3. CPMF	17,16	20,26	22,99	26,39	29,12	32,00	36,38	0,97
1.4. CSLL	8,97	12,46	16,14	19,31	26,23	27,27	33,64	42,37
1.5. PIS/PASEP	...	...	...	...	22,08	23,82	26,12	30,83
1.6. Outras	1,00	1,37	1,44	1,52	4,50	4,40	3,91	2,05
1.2. Receitas próprias dos órgãos e entidades da Seguridade	1,58	1,25	1,36	2,05	2,18	2,65	3,37	3,99
1.3. Contrapartida do Orçamento Fiscal para EPU	...	...	...	...	1,05	1,22	1,61	2,05
<b>2. Despesa Total</b>	<b>105,42</b>	<b>124,44</b>	<b>148,71</b>	<b>177,80</b>	<b>220,51</b>	<b>254,31</b>	<b>286,36</b>	<b>312,65</b>
2.1. Benefícios Previdenciários	73,69	86,37	105,36	125,75	146,84	165,59	185,29	200,81
2.2. Benefícios Assistenciais	4,32	5,08	6,22	7,58	9,34	11,57	13,47	15,64
2.3. Saúde: pessoal ativo e outras despesas MS	21,11	24,53	26,71	32,15	34,52	40,75	45,80	50,27
2.4. Assistência social: pessoal ativo e outras despesas MDS	2,11	3,16	4,65	5,67	1,70	2,18	2,30	2,60
2.5. Previdência Social: pessoal ativo e outras despesas do MPS	3,50	2,36	2,92	4,07	3,40	4,55	4,79	4,75
2.6. Outras	0,68	2,94	2,85	2,58	24,71	29,67	32,92	38,57
<b>3. Saldo da Seguridade Social (RGPS)</b>	<b>31,46</b>	<b>32,96</b>	<b>31,73</b>	<b>42,54</b>	<b>62,68</b>	<b>50,89</b>	<b>60,93</b>	<b>52,30</b>

Fonte: ANFIPapud SIAFI, SPS/MPS, Fluxo de Caixa do INSS e STN.

**Gráfico 1 – Evolução do Superávit da Seguridade Social – sem e com os efeitos da Desvinculação de Recursos da União – 2001-2008 (em bilhões)**



Fonte: MPS e SIAFI. Elaboração ANFIP e Fundação ANFIP. Extraído de ANFIP, 2009.

Lei Orçamentária Anual – LOA, ficaria evidente que a Seguridade Social não apresenta desequilíbrios financeiros e déficits crônicos e que grande parte de sua arrecadação é destinada ao financiamento do Orçamento Fiscal.

Conclui-se que o sistema de Seguridade Social, ao contrário do que normalmente é divulgado pelas fontes oficiais, apresentou expressivos superávits ao longo da década de 2000, demonstrando ser um sistema financeiramente sustentável.

## 2.2 – Análise Financeira do Regime Geral de Previdência Social

Esta seção objetiva analisar a capacidade financeira do RGPS ao longo da década de 2000. Visa-se demonstrar que a incapacidade financeira da Previdência Social

não existe. Pelo contrário, o sistema de Previdência Social, tal como está estabelecido na Constituição, é financeiramente sustentável, podendo apresentar déficits em alguns momentos em decorrência de fatores conjunturais, porém para maior parte do período analisado apresentou um comportamento bastante satisfatório.

A Previdência Social é parte integrante da Seguridade Social e, portanto, deve ser financiada pelas mesmas fontes de recursos que financiam a Seguridade Social. No entanto, as estatísticas divulgadas pelo governo federal consideram apenas as contribuições realizadas pelos trabalhadores e pelas empresas sobre a folha de salário como fontes de financiamento do sistema. Desta forma, o resultado divulgado pelo governo federal e

amplamente veiculado na mídia em geral como sendo o déficit da Previdência Social é, na verdade, o saldo previdenciário – diferença entre a arrecadação líquida e benefícios previdenciários pagos. Assim, deixam de ser computadas como arrecadação da Previdência Social receitas expressivas que foram destinadas pela Constituição ao financiamento da Seguridade Social, como por exemplo, os recursos provenientes da COFINS, CSLL, concursos de prognóstico e, até 2007, os recursos provenientes da CPMF. Como resultado desse artifício estatístico, surge um déficit, irreal não condizente com os preceitos estabelecidos pela Constituição.

Quando são computadas todas as fontes de financiamento do RGPS, conforme estabelecido na Constituição, e deduzida a despesa total, inclusive os gastos administrativos com pessoal e custeio, bem como os gastos não previdenciários relativos à Assistência Social, o resultado da Previdência Social apurado é bem diferente do divulgado. Esse resultado é denominado de saldo operacional e deveria ser considerado como o verdadeiro resultado da Previdência Social.

Nessa década, apenas em dois exercícios financeiros o RGPS apresentou um saldo operacional negativo, conforme tabela 2. O excedente de recursos no Caixa do INSS, em 2008, foi superior a R\$ 1,2 bilhão. A receita total do INSS,

bem como a sua despesa total, tiveram um crescimento médio, durante essa década, de 13,5% ao ano, em termos nominais. A análise do saldo operacional permite-nos afirmar que a situação financeira do RGPS, na década de 2000, foi equilibrada, apresentando na maior parte do período superávit operacional. Ademais, verificamos que o crescimento médio das despesas e receitas totais do INSS foram iguais. Portanto, a afirmação de que a Previdência Social possui déficits crescentes não foi verificada no período analisado.

Constata-se pela análise das tabelas 1 e 2 que o discurso de falência da Seguridade Social e da Previdência Social não foi observado na década de 2000, quando analisados com base nos preceitos constitucionais. Pelo contrário, revelou a existência de expressivos superávits no Orçamento da Seguridade Social e, também, a existência de excedentes operacionais no Fluxo de Caixa do INSS.

## 3. Conclusão

A sustentabilidade financeira da Previdência Social é um tema amplamente discutido pela sociedade brasileira. As estatísticas oficiais revelam uma Previdência Social cronicamente deficitária e insustentável a longo prazo. Este trabalho teve como um dos seus objetivos analisar a real capacidade financeira da Previdência Social. Essa análise foi realizada tendo como referência o conceito de Previdência Social definido pela Constituição de 1988. Demonstrou-se que o discurso de falência da Seguridade Social e da Previdência Social não é confirmado quando se analisa os seus resultados de acordo com os dispositivos constitucionais. Pelo contrário, mostrou-se que a Seguridade Social e a Previdência Social são financeiramente sustentáveis e apresentaram superávits ao longo dessa década.

\* Bruno Pires Tiberto é aluno do Programa de Pós-Graduação em Economia da UFF e servidor do INSS.

**Tabela 2 – Fluxo de Caixa do INSS – 2001-2008**

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
RS Milhões								
<b>1. SALDO INICIAL</b>	1.366	1.488	4.456	3.324	5.354	6.275	7.521	2.068
<b>2. RECEBIMENTOS</b>	88.157	105.035	122.229	160.001	172.720	201.757	216.489	243.489
2.1 Próprios	66.998	76.082	86.587	101.126	115.956	133.015	153.788	180.004
2.2 Rendimentos Financeiros	467	39	385	932	187	-3	404	150
2.3 Outros	152	321	219	1.678	698	1.371	-777	3.822
2.4 Antecipação da Receita (Tesouro Nacional)	-2	2.940	-3.237	6.885	10.327	-358	1.315	-2.858
<b>2.5 Transferências da União</b>	<b>20.542</b>	<b>25.653</b>	<b>38.276</b>	<b>49.380</b>	<b>45.552</b>	<b>67.730</b>	<b>61.758</b>	<b>62.369</b>
- Recursos Ordinários	1.578	4.824	4.692	649	113	957	190	1.838
- Concursos e Prognósticos	...	...	6	62	32	82	82	88
- Contribuição Social sobre o Lucro	265	1.426	3.758	1.540	130	620	3.175	10.212
- COFINS e Contribuição do Plano de Seguridade Social Servidor	159	...	19.752	30.791	25.194	42.801	31.803	28.686
- Contribuição Provisória s/ Mov. Financeira	3.550	2.304	5.000	5.946	5.822	6.573	7.572	...
- Recursos Ordinários / COFINS - TRF	11.133	13.035	...	3.017	4.088	3.987	4.718	4.979
- COFINS/LOAS	2.712	3.439	4.451	6.190	9.361	12.068	12.926	15.465
- Outros	725	625	617	1.184	812	643	1.292	1.101
<b>3. PAGAMENTOS</b>	<b>88.035</b>	<b>102.066</b>	<b>123.361</b>	<b>151.742</b>	<b>171.799</b>	<b>200.511</b>	<b>221.942</b>	<b>242.592</b>
3.1 Pagamentos do INSS	83.529	97.012	117.504	144.381	164.277	191.015	208.565	225.943
3.2 Transferências a Terceiros	4.506	5.055	5.857	7.360	7.521	9.495	13.377	16.649
<b>4. Saldo Previdenciário (Arrec. Líquida – Benefícios do RGPS)</b>	<b>-12.836</b>	<b>-16.999</b>	<b>-26.405</b>	<b>-31.985</b>	<b>-37.576</b>	<b>-42.065</b>	<b>-44.882</b>	<b>-36.207</b>
<b>5. Saldo Arrecadação Líquida – Total de Benefícios Pagos</b>	<b>-16.206</b>	<b>-21.083</b>	<b>-31.468</b>	<b>-40.153</b>	<b>-47.575</b>	<b>-54.398</b>	<b>-59.896</b>	<b>-54.670</b>
<b>6. Saldo Operacional (Recebimento Total - Pagamento Total)</b>	<b>121</b>	<b>2.969</b>	<b>-1.132</b>	<b>8.259</b>	<b>921</b>	<b>1.246</b>	<b>-5.453</b>	<b>1.238</b>
<b>7. Saldo Final</b>	<b>1.488</b>	<b>4.456</b>	<b>3.324</b>	<b>11.583</b>	<b>6.275</b>	<b>7.521</b>	<b>2.068</b>	<b>3.306</b>

Fonte: Anuário Estatístico da Previdência Social: Suplemento Histórico 2008

I DRU é um mecanismo que autoriza o governo federal a utilizar 20% da receita sobre as contribuições de forma livre, sem qualquer vinculação constitucional.

# Políticas públicas para igualdade racial

## ZUMBI VIVE

*Zumbi vive  
Zumbi é nome que ecoa  
Pelos morros, cidades e favelas  
e favelas deste país*

*Zumbi vive  
Nos corações e mente de um povo  
Amantes de liberdade  
Mensageiros da igualdade*

*Zumbi vive  
Nos músculos e suores daqueles  
que trabalham  
Daqueles que muito fazem para  
o progresso da nação.*

*Zumbi vive  
No orgulho  
Na cor  
Na raça.*

*Zumbi é guerreiro  
Ogum e Xangô  
Malês, angola, babalaô  
Zumbi é capoeira  
É canto, é luta, é grito  
Zumbi é noite  
Na noite, aroeira, rasteira.*

*Zumbi no mato  
É quizomba, é quizumba  
É quilombola, é macumba  
Zumbi vive  
Ao som dos atabaques, agogôs,  
berimbaus e afonjás.*

*Zumbi vive  
No epíteto: Escravidão  
e submissão, jamais!*

*Zumbi dos quilombolas  
Zumbi do Brasil  
Zumbi dos Palmares  
Zumbi dos oceanos e mares.*

*20 de novembro é seu dia  
Zumbi herói monumental  
Dia da consciência de uma  
raça, cidadania  
Portanto é... feriado Nacional.*

(Dalberto Gomes, poeta e militante do CEDICUN)  
Poema extraído livro NEGRO SIM e declamado pelo autor no evento realizado no auditório do Corecon-RJ

**P**recedendo o dia da Consciência Negra, o Fórum Popular do Orçamento realizou no mês de outubro um debate para discutir as políticas públicas para igualdade racial e consequentemente o reflexo de tais políticas no orçamento estadual e municipal do Rio de Janeiro.

O debate contou com a participação do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos do Negro (COMDEDINE), do Centro de Tradições Afro Brasileiras (CETRAB) e do deputado federal Edson Santos, ex-ministro da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPPIR).

O Estatuto da Igualdade Racial, que entrou em vigor no dia 20 de outubro, a necessidade de investimentos públicos e o papel das instituições públicas foram alguns dos temas discutidos. Prevaleceu o ponto de vista de que a sociedade deve pressionar o poder público, para assim tornar-se efetiva a realização de todas as demandas. Sobre esse prisma, a participação dos Conselhos é necessária.

A análise orçamentária da população negra no orçamento estadual e municipal encontra alguns problemas metodológicos, também verificados na análise do orçamento federal. O principal desafio é estratificar efetivamente qual é a participação do negro no orçamento total. Por não apresentar um órgão específico para o negro, como a federal SEPPPIR, os dados, na maioria dos casos, têm um impacto indireto e transversal.

Na esfera federal, apesar de haver uma secretaria para o combate à desigualdade racial e uma metodologia desenvol-

**Tabela 1**

	Dotação Inicial	Liquidação	%
2010*	200.000,00	444.799,06	222%
2009	4.040.000,00	1.040.121,80	26%
2008	1.320.000,00	925.037,30	70%

\*valores liquidados até outubro

vida pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC) para o acompanhamento do orçamento quilombola no portal do Senado Federal, também se encontram limitações para uma análise geral. A SEPPPIR “não é um ministério dos negros, e sim um órgão de articulação política com outros órgãos federais”, afirmou Edson Santos.

Veja abaixo as análises do Estado e Município do Rio de Janeiro

## Estado

São dois programas de trabalho identificados diretamente. Isso não significa que não existam

outros programas (projetos ou atividades) para igualdade racial com impactos indiretos.

O primeiro programa de trabalho, Promoção da Igualdade Racial, tem como órgão gestor a Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos e apresenta uma execução orçamentária, conforme a tabela 1.

Em 2010 observamos que, apesar do orçamento liquidado ser superior ao previsto, a comparação com o ano de 2009 demonstra uma redução considerável da dotação. Houve uma redução de 95%.

A partir do Plano Plurianual

**Tabela 2**

## Atividades do Departamento Geral de Ação Cultural

Produto: Atividades do Centro Cultural José Bonifácio, instituição que visa preservar, promover e divulgar a cultura afro-brasileira.

	Dotação Inicial	Autorizado Final	Empenho	Liquidação
2009	435.010	280.195	276.574	266.574
2008	1.617.299	379.233	379.198	379.198
2007	502.286	426.943	426.686	426.686
2006	1.515.454	454.983	454.634	452.440

## Produção e coprodução e veiculação de produtos de mídia voltados para educação

Produto: Projeto História e Cultura Afro-brasileira e Africana

Execução: R\$5,4 milhões em 2009. No entanto, não retrata fielmente a atenção ao negro, uma vez que tal programa tem outros cinco produtos voltados para educação em outras áreas. Apesar da sua importância e dos esforços para disseminar o estudo da cultura negra nas escolas, o programa não consta na PLOA para 2010 e 2011.

## Ações para promoção e Comunicação em Saúde

Produtos: Ação de Equidade em Saúde da População Negra  
Execução: R\$ 162 mil em 2009 e R\$ 410 mil em 2010 (até outubro).

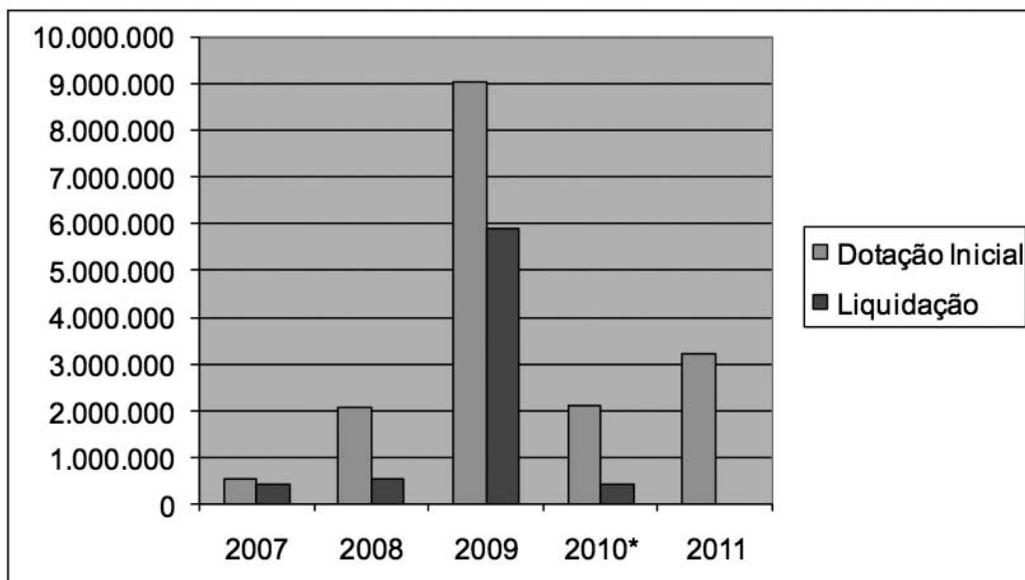
- 2008/2011 (PPA), listamos os produtos do programa que são: a implantação de um centro de referência de cidadania e cultura para a diversidade racial; diagnóstico de comunidades tradicionais; 12 eventos para a promoção da igualdade racial; a realização de 12 pesquisas/estudos; e a implantação do Projeto Bambu Quilombola.

O segundo programa, Implementação do Fundo Estadual dos Direitos do Negro (FE-DINE), também está a cargo da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos e, ao contrário do programa anterior, não apresenta nenhuma execução orçamentária, ou seja, o Fundo ainda não foi implantado, apesar de já existir uma legislação. Cabe ressaltar que no PPA já estava previsto a implantação do Fundo pelo menos desde 2008.

### Município

A cidade do Rio de Janeiro possui a segunda maior população negra do país em números absolutos. Em termos relativos, os negros representam 40,5% da população carioca. A taxa de analfabetismo entre os negros é de 6%, enquanto no caso da população branca é de apenas 2%. Além disso, 62% dos moradores das favelas cariocas são negros.

### O Orçamento voltado à população negra no município do Rio de Janeiro



Esses números evidenciam que a questão racial não diz respeito apenas à aparência das pessoas, mas também à posição social que ocupam. Dessa forma, torna-se necessário a execução de políticas públicas direcionadas a essa parcela da sociedade. É a partir desse pressuposto que o FPO realiza todo ano estudos sobre a população negra no orçamento.

A pesquisa realizada mapeou as rubricas específicas, ou seja, aquelas que afetam diretamente a qualidade de vida da população negra e agem para a redução das desigualdades. Foram selecionados qua-

tro programas no orçamento, que visam atender exatamente as demandas da população negra (tabela 2).

Em 2009 havia uma especificação do produto relativo à produção de material informativo sobre a anemia falciforme (doença que atinge majoritariamente os negros). O mesmo não aconteceu nos outros anos. Entretanto, a Assessoria de Promoção de Saúde relatou desenvolver desde 2006 ações relativas à saúde da população negra dentro deste mesmo programa.

Outro ponto importante é o aumento da dotação inicial desse projeto, que saltou de R\$ 364 mil em 2009 para R\$ 2,1 milhões em 2010. E para o ano de 2011 a dotação é de R\$ 3,2 milhões, sinalizando para uma possível priorização desta questão de saúde. Axé! (tabela 3)

Houve um aumento progressivo da dotação inicial para esse projeto entre 2006 e 2009, reflexo da maior interação do referido conselho junto ao poder legislativo – R\$180 mil des-

ta dotação foram concedidos através de emendas. No entanto, esse aumento foi interrompido em 2010, quando a dotação inicial foi somente R\$ 10 mil e o liquidado apenas R\$ 1.528. A tendência é que esse quadro se repita em 2011, tendo em vista que a PLOA/2011 repete a mesma dotação inicial de 2010.

Contudo, a grande dificuldade para selecionar o grupo de ações específicas consiste em localizá-las no orçamento, já que as ações estão espalhadas devido à transversalidade das políticas públicas. A seguir apresentamos o agregado das dotações específicas identificadas e sua evolução orçamentária.

Os debatedores apontaram um aumento na sensibilidade institucional para a questão racial. Cada vez mais as instituições estão preocupadas em se comprometer com a igualdade racial. Oxalá as políticas públicas para a superação da desigualdade racial tornem-se efetivas e reais para grande parte da população brasileira!

### Tabela 3

Atividades do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos dos Negros – COMDEDINE

	Dotação Inicial	Autorizado Final	Empenho	Liquidação
2010*	10.000	10.000	1.528	1.528
2009	192.214	37.977	27.861	27.861
2008	73.935	17.640	9.721	9.721
2007	26.431	8.818	8.773	8.773

\* Até outubro de 2010

O FPO-RJ participará do Seminário sobre Megaeventos Esportivos em 26 e 27 de novembro nas instalações do CREA-RJ.

# Economistas fluminenses elegem novos conselheiros do Corecon-RJ

Com a participação presencial ou via correspondência de 2.039 votantes, os economistas do Estado do Rio de Janeiro elegeram em 26 de outubro os conselheiros e delegados do Primeiro Terço do Plenário do Corecon-RJ, que terão mandato de 2011 a 2013 (veja lista dos eleitos ao lado).

Os candidatos da chapa *Novos Desafios*, única inscrita no processo eleitoral, receberam 1.875 votos, enquanto 110 economistas votaram em branco e 54 optaram por anular.

Neste mesmo pleito, fez-se uma consul-

ta para a indicação dos presidente e vice-presidente do Corecon-RJ. Os nomes de João Paulo de Almeida Magalhães (para presidente) e Sidney Pascoutto da Rocha (vice), que já ocupam estas funções atualmente, foram sufragados por 1.836 eleitores, enquanto 125 votaram em branco e 78 anularam. A homologação do resultado dessa consulta se dará na primeira reunião plenária de 2011. O presidente e vice têm mandato de um ano, e podem ser reeleitos para um segundo termo.

#### Conselheiros efetivos:

Arthur Câmara Cardozo  
João Paulo de Almeida Magalhães  
Renato Elman

#### Conselheiros suplentes:

Eduardo Kaplan Barbosa  
Marcelo Pereira Fernandes  
Regina Lúcia Gadioli dos Santos

#### Delegado-eleitor efetivo:

José Antonio Lutterbach Soares

#### Delegado-eleitor suplente:

João Manoel Gonçalves Barbosa

## DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS

REFERÊNCIAS	PERÍODOS EM REAIS		REFERÊNCIAS	VARIAÇÕES	
	JUL A SET/09	JUL A SET/10		(EM R\$)	(EM %)
RECEITAS CORRENTES			RECEITAS		
ANUIDADES	223,001.86	179,963.45	ANUIDADES	(43,038.41)	-19.3
PATRIMONIAL	61,470.22	75,886.12	PATRIMONIAL	14,415.90	23.5
SERVIÇOS	11,505.27	6,541.08	SERVIÇOS	(4,964.19)	-43.1
MULTAS E JUROS DE MORA			MULTAS E JUROS DE MORA	-	-
DÍVIDA ATIVA	180,949.32	174,813.72	DÍVIDA ATIVA	(6,135.60)	-3.4
DIVERSAS	43,967.28	38,063.70	DIVERSAS	(5,903.58)	-13.4
RECEITAS DE CAPITAL	340.00	-		(340.00)	-
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>521,233.95</b>	<b>475,268.07</b>	<b>TOTAL GERAL</b>	<b>(45,965.88)</b>	<b>-8.8</b>
DESPESAS			DESPESAS		
DE CUSTEIO	697,902.83	759,167.45	DE CUSTEIO	61,264.62	8.8
PESSOAL	351,446.08	382,621.88	PESSOAL	31,175.80	8.9
MATERIAL DE CONSUMO	9,856.36	11,640.99	MATERIAL DE CONSUMO	1,784.63	18.1
SERVIÇOS DE TERCEIROS E ENCARGOS	336,600.39	364,904.58	SERVIÇOS DE TERCEIROS E ENCARGOS	28,304.19	8.4
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	90,848.37	80,054.35	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	(10,794.02)	-11.9
DESPESAS DE CAPITAL	16,118.29	9,527.84	DESPESAS DE CAPITAL	(6,590.45)	-40.9
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>804,869.49</b>	<b>848,749.64</b>	<b>TOTAL GERAL</b>	<b>43,880.15</b>	<b>5.5</b>
<b>RESULTADO = RECEITAS - DESPESAS</b>	<b>(283,635.54)</b>	<b>(373,481.57)</b>	<b>RESULTADO = RECEITAS - DESPESAS</b>	<b>(89,846.03)</b>	<b>31.7</b>

## Agenda de cursos para 2011

### MATEMÁTICA: PRÉ-CÁLCULO, TRIGONOMETRIA, GEOMETRIA ANALÍTICA (NOITE)

31 de janeiro a 25 de fevereiro de 2011, de segunda a sexta-feira, de 19h às 21h40 – também oferecido à tarde, de 14h às 16h40

### CURSO DE APERFEIÇOAMENTO EM ECONOMIA: PREPARATÓRIO PARA O EXAME DA ANPEC 2011

28 de fevereiro a 30 de setembro. De segunda a sábado

#### Novidades do Curso de Aperfeiçoamento em 2011:

Disciplina Economia Brasileira. Disciplinas Macroeconomia – Microeconomia – Estatística – Matemática. Bolsas de monitoria

**INFORMAÇÕES E INSCRIÇÕES:** [www.economistas.org.br](http://www.economistas.org.br) ou no telefone 21-2103-0119